



EDITORIAL

Volta a Portugal da Lei 26

Numa louvável iniciativa da DGAV, a nova lei do uso sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (PFF) – Lei 26/2013 –, tem vindo a ser divulgada através de acções de sensibilização nas cinco Direcções Regionais de Agricultura do continente. O périplo iniciou-se em Santarém, no dia 17 de Setembro e termina em Viseu a 21 de Novembro.

Para o VALORFITO, que integrou um painel especificamente dedicado a gestão de resíduos, foi mais uma excelente oportunidade para mostrar que, apesar de ter vindo a evoluir positivamente desde que foi criado em 2006, tem ainda um longo e difícil caminho a percorrer até atingir o compromisso assumido perante as nossas autoridades e, consequentemente, contribuir para que o nosso país cumpra as suas metas a nível internacional no que diz respeito a resíduos de embalagens, nomeadamente resíduos perigosos. De facto, embora a maioria de quem se relaciona com o sector tenha a percepção de que o problema dos resíduos de embalagens de PFF está resolvido, a verdade é que estamos perante um exemplo em que a realidade é bem diferente da percepção. Apenas 30% das embalagens colocadas no mercado são recolhidas e tratadas pelo VALORFITO. Dentro de cinco anos temos que duplicar esta marca!

Esta nova Lei vem reforçar a obrigatoriedade dos agricultores em devolver aos pontos de retoma as embalagens vazias de PFF, mas a grande novidade que encerra e que, de alguma forma vem dar uma ajuda preciosa nesta matéria, é o facto de tornar obrigatório que todos os estabelecimentos de venda de PFF retomem os resíduos de embalagens dos produtos que venderam.

Contudo, nós apostamos e de forma convicta na sensibilização e na formação. Agricultores e outros agentes bem formados e sensibilizados não precisam de leis que os obriguem a ter uma postura cívica e responsável, nem muito menos de ter alguém ou algum organismo que controle os seus actos. Passam a agir por uma questão de princípio.

António Lopes Dias
Director-geral do Valorfito

EM DESTAQUE

VALORFITO PREMEIA ECO-ESCOLAS



Criativo, pedagógico e informativo é o mínimo que se pode dizer do Almanaque Valorfito 2014, criado por alunos dos 6 aos 15 anos da Escola EB 2,3 de Briteiros, com o título "Só temos esta

Terra". A criação do Almanaque foi um desafio lançado pelo Valorfito aos alunos no âmbito do projecto Eco Escolas, promovido pela ABAE (Associação BandeiraAzul da Europa). >> **pág. 2**

A NÃO PERDER NESTA EDIÇÃO...



VENCEDORES DA BOLSA VALORFITO ARMANDO MURTA

página 03



«QUEREMOS COOPERATIVAS DE MAIOR DIMENSÃO», ALDINA FERNANDES, SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DA CONFAGRI

página 05

FAÇA JÁ O SEU PEDIDO DE LEVANTAMENTO

O ano de 2013 está já no seu último trimestre e começam a definir-se posições para os Prémios Valorfito. As quantidades recolhidas são inevitavelmente um factor decisivo. Dado que as recolhas são agora contínuas, passámos a contabilizá-las com base no ano civil, tendo em conta a data do levantamento. Para que os pedidos de levantamento possam ser satisfeitos em tempo útil, isto é, até ao final do ano, solicitamos que os mesmos sejam feitos até ao dia 30 de Novembro. Após essa data não poderemos garantir que o levantamento seja efectuado até 31 de Dezembro.

EM DESTAQUE (cont.)

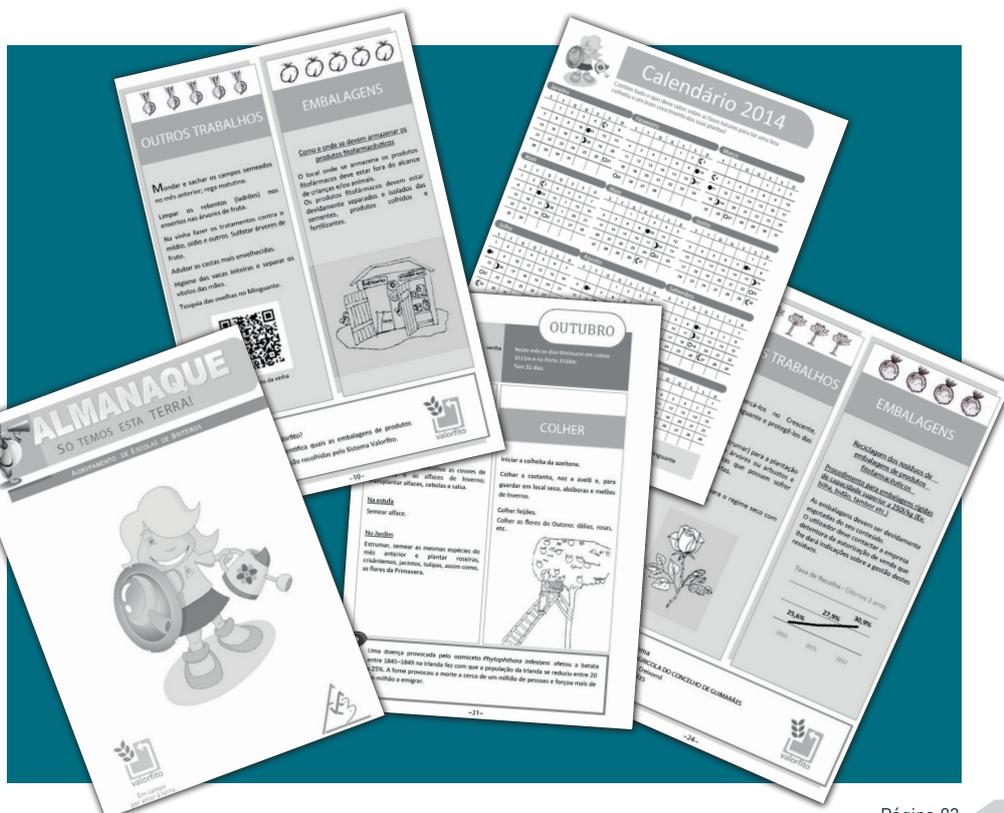
VALORFITO Premeia Eco-Escolas



» **continuação pág. 1** A cerimónia de entrega do “Galardão Eco Escolas”, onde se incluiu o desafio Valorfito, realizou-se a 27 de Setembro, em Cascais. O Valorfito realizou, posteriormente, a 10 de Outubro, uma visita à Escola EB 2,3 de Briteiros, onde entregou os prémios aos vencedores do desafio Almanaque Valorfito. Os prémios foram entregues pelo diretor-geral do Valorfito, António Lopes Dias. Os professores receberam “tablets” e os alunos vencedores receberam bicicletas e calculadoras gráficas.

«O 1.º prémio do Concurso Valorfito foi recebido com muito orgulho e alegria pelo Agrupamento e localidade. Sentimo-nos muito felizes com o reconhecimento da qualidade do “nosso” Almanaque. O sucesso atingido foi fruto do compromisso e empenho manifestados por parte de todos os envolvidos, professores e alunas. As alunas trabalham juntas para atingirem um objectivo comum, o que sem dúvida é a melhor forma para a aquisição de competências gerais e transversais do nível de ensino que frequentam. Foi mais uma aposta, bem-sucedida, na responsabilização social da sustentabilidade ambiental e no espírito colaborativo como promotor de sucesso. Este ano lectivo já estamos a trabalhar noutra iniciativa do Valorfito, “Elaboração de um Calendário”, ficando desde já a promessa do mesmo nível de empenho e dedicação.»

O Almanaque Valorfito, de 28 páginas, descreve as operações agrícolas recomendadas em cada mês do ano, à boa moda do velho Borda D’Água, e apresenta informação sobre boas práticas agrícolas no manuseamento, aplicação, transporte e armazenamento de produtos fitossanitários e na gestão e encaminhamento das embalagens vazias para valorização. O conteúdo do Almanaque é enriquecido com curiosidades, como o facto de uma doença da batata ter matado à fome um milhão de pessoas na Irlanda, no século XIX, ou a origem da laranja doce, trazida da China pelos portugueses, no século XVI, e que em turco se escreve portakal. Os alunos souberam ainda aliar sabedoria popular e novas tecnologias, incluindo códigos QR no Almanaque, para informação mais detalhada sobre alguns temas. O Almanaque foi impresso e vai ser distribuído em todo o país pelo Valorfito.



NOTÍCIAS



Valorfito nomeado para Green Project Awards

O Valorfito foi um dos cinco finalistas nomeados para os Green Project Awards (GPA), na categoria Agricultura, Mar e Turismo. A 6ª edição dos GPA, a que concorreram 200 candidatos, realizou-se no Auditório Champalimaud, em Lisboa, a 30 de Outubro. Os GPA premeiam projectos que se destacam pelas melhores práticas em prol do desenvolvimento sustentável de Portugal.

António Lopes Dias, director-geral do Valorfito, congratula-se com a nomeação, por considerar que «é muito importante para quem actua numa área tão específica e profissional como é a nossa, ser reconhecido e, em consequência, ser conhecido pelo cidadão comum, pelo grande público ou pelo menos por uma camada da população que não faz parte do nosso universo». Sobre o GPA afirma que é «uma óptima iniciativa que motiva quem trabalha numa área nem sempre bem compreendida e que muitas vezes acaba por levar a um extremar de posições». Este prémio é coorganizado pela Agência Portuguesa do Ambiente, a Quercus e a consultora de comunicação GCI. Os GPA contaram com o apoio do comissário europeu responsável pelo Ambiente, Janez Potočnik, que disse a propósito destes galardões que «tanto o presidente Durão Barroso como eu ficamos satisfeitos por saber desta iniciativa, que visa consciencializar para a complexidade dos desafios globais que enfrentamos e para os projectos que promovem o desenvolvimento sustentável nos países de língua portuguesa em todo o mundo». Os GPA são também atribuídos no Brasil e em Cabo Verde e em 2014 a iniciativa será alargada a Moçambique e Angola.

EM DESTAQUE (cont.)

TRABALHOS PREMIADOS DESAFIO VALORFITO



Escola Básica Dr. Fortunato de Almeida,
Nelas
(Prof. Delfim Ferreira)

Escola EB 1/JI Monte-Guardizela,
Guimarães
(Profª Helena Duarte)

ATL Satisfaz Bastante, Monte Abraão,
Sintra
(Paula Azevedo)

Colégio Casa – Mãe, Baltar, Paredes
(Paulo Teixeira)

Escola EB 2,3 de Briteiros, Guimarães
(Profª Maria da Conceição Ferreira)

Escola EB 2,3 Pêro de Alenquer, Paredes
(Célia Antunes)

Escola EB23 de Milheirós de Poiares,
Santa Maria da Feira
(Profª Maria Goreti Rocha)

DESAFIO VALORFITO 2013/2014

O novo Desafio Valorfito para o ano lectivo 2013/2014 está lançado e é inspirado no Ano Internacional da Agricultura Familiar (ONU, 2014), que procura alertar para a importância do desenvolvimento rural baseado no respeito pelo ambiente e pela biodiversidade. O Desafio Valorfito é constituído por 2 modalidades: produção de um calendário e produção de um almanaque. Mais informações sobre o regulamento e prazos de inscrição e entrega em: <http://www.valorfito.abae.pt/>.

Escola Profissional Amar Terra Verde,
Pólo de Amares
(Profª Maria Clara de Sá)

Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas, Câmara de Lobos, Madeira
(Prof. José Décio Gonçalves Abreu)

EM DESTAQUE

VENCEDORES DA BOLSA VALORFITO ARMANDO MURTA

O Valorfito acaba de seleccionar quatro estudantes universitários a quem vai atribuir a Bolsa Valorfito Armando Murta, uma iniciativa criada para apoiar trabalhos de Investigação e Desenvolvimento, no âmbito de teses de mestrado e mestrado integrado, nas áreas da Agricultura e Ambiente. A Bolsa resulta

de um protocolo assinado entre o Valorfito, o Instituto Superior de Agronomia e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova da Lisboa. Cada um dos quatro vencedores receberá 2.500€. A Bolsa Valorfito Armando Murta é assim denominada em homenagem ao primeiro director-geral do Valorfito. >> **pág. 4**

NOTÍCIAS



Valorfito em digressão nacional sobre uso sustentável de pesticidas

O Valorfito está em digressão pelo país no âmbito dos seminários "Uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos," aos quais se associou a convite da Direcção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), para apresentar o funcionamento do sistema Valorfito, integrando o painel sobre Gestão de Resíduos e Embalagens.

Os seminários realizaram-se em Santarém, Vila Real, Évora, Faro e terminam a 21 de Novembro em Viseu.

O Valorfito, sistema integrado de gestão de embalagens e resíduos em agricultura, apresentou a várias dezenas de participantes o funcionamento do sistema e os resultados da sua actividade. Desde a sua entrada em funcionamento, em 2006, o Valorfito já recolheu 1,4 milhões de kg de embalagens vazias, dispondo de uma rede nacional com mais de 700 pontos de retoma. Em 2012 recolheu 243 toneladas de embalagens, aumentando em 4% o volume recolhido face ao ano anterior, com uma taxa de retoma de 31% face ao total de embalagens colocadas no mercado (786 t).

Apesar do sucesso do sistema, António Lopes Dias, director-geral do Valorfito, considera que «é necessário continuar a apostar fortemente na sensibilização dos agricultores para entrega das embalagens vazias nos pontos de retoma, sobretudo na região Norte do país, onde a taxa de retoma ainda é bastante reduzida».

Os desafios futuros do Valorfito passam por duplicar a taxa de retoma nacional para 60%, até 2017, e integrar na sua actividade a retoma das embalagens vazias de sementes e biocidas, alargamento para o qual aguarda licenciamento por parte da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os seminários da DGAV têm como objectivo divulgar e debater com >>> **pág. 5**

EM DESTAQUE (cont.)

VENCEDORES DA BOLSA VALORFITO ARMANDO MURTA

VENCEDORES

>> **continuação pág. 3**

Micaela Andreia Freitas, Engenharia do Ambiente, Instituto Superior de Agronomia

TEMA: "Viticultura - Gestão e quantificação de resíduos, embalagens e produtos obsoletos". Consiste no levantamento das embalagens e resíduos de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, adubos e correctivos gerados durante a campanha de produção de uva, na Fundação Eugénio de Almeida, em Évora. Analisa impactes ambientais, identificando medidas de redução dos mesmos, afere se existem mais produtos susceptíveis de ser geridos pelo Valorfito e sugere novos planos de gestão de resíduos.



«A Bolsa Valorfito Armando Murta é uma mais-valia, uma excelente oportunidade para o enriquecimento de competências transversais numa área que me suscita particular interesse, a gestão de resíduos. Esta oportunidade proporciona-me um maior contacto com a realidade profissional, com oportunidade de investigar, analisar e intervir em problemas e necessidades reais de um modo objectivo e útil para a sociedade. O Valorfito desempenha um papel crucial na prática de uma agricultura ambientalmente sustentável, não só por dar um destino correcto às embalagens vazias de produtos fitofarmacêuticos, mas porque inclui directamente a participação dos agricultores através da promoção e valorização das boas práticas agrícolas e ambientais. Além disso o Valorfito promove o investimento em projectos de Investigação e Desenvolvimento, estimulando as camadas mais jovens para a resolução de problemas ambientais, estimulando o conhecimento, a tecnologia e a inovação».

Catarina Fernandes Bernardo Marçal, Engenharia do Ambiente, Instituto Superior de Agronomia

TEMA: "Vinicultura - sistema integrado de gestão de resíduos". Visa a avaliação qualitativa e quantitativa dos resíduos produzidos durante o processo de fabrico do vinho, na Fundação Eugénio D'Almeida, em Évora, identificando os resíduos abrangidos por um plano de gestão e criando novos planos para os resíduos que ainda não tenham uma gestão sustentável.



«A atribuição da Bolsa Valorfito Armando Murta é uma excelente oportunidade de trabalho para alunos em fase final de mestrado! Nesta tese, além de ser possível desenvolver, estudar ou aperfeiçoar planos de gestão ambiental, podemos ainda ver que o esforço e dedicação podem eventualmente ser úteis e necessários ao sector em estudo, uma vez que estas bolsas dão a oportunidade de trabalhar directamente com uma empresa estabelecida no mercado, com problemas e necessidades reais. Este ramo dos planos de gestão ambiental é de grande importância tanto ambiental como socioeconómica e deve ser enquadrado nos diversos sectores de actividade. Daí que considere excelente o investimento do Valorfito especialmente na área agrícola, que promove o conhecimento, investigação, tecnologia e inovação». >> **pág. 5**

NOTÍCIAS

Valorfito em digressão nacional sobre uso sustentável de pesticidas (cont.)

» **continuação pág. 4** agricultores e técnicos informação relevante sobre a Lei nº 26/2013, de 11 de Abril, que regula as actividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos. Esta nova legislação prevê que todos os pontos de venda destes produtos passem a ter a obrigatoriedade de fazer a recolha das respectivas embalagens vazias. Uma das mais recentes medidas em divulgação neste périplo nacional é o Plano de Acção Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos, que acaba de ser aprovado pela portaria 304/2013, de 16 de Outubro. Trata-se do guião que enquadra as medidas prioritárias para fazer cumprir em Portugal a legislação comunitária nesta matéria. O Plano contém 47 medidas, 144 acções e 143 indicadores e tem a vigência de cinco anos.



EM DESTAQUE (cont.)

VENCEDORES DA BOLSA VALORFITO ARMANDO MURTA

» **continuação pág. 4** **Diogo Coelho Dias Faria Santos, Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova da Lisboa**



TEMA: "Valorização de resíduos de embalagens de plástico de origem agrícola por pirólise". Consiste no estudo de uma solução técnica alternativa - a pirólise - para valorização de resíduos de embalagens de plástico utilizados na actividade agrícola. A tecnologia em análise é uma forma de reciclagem terciária por oposição à reciclagem mecânica agora utilizada.

«É um privilégio fazer parte desta 1ª edição da Bolsa Valorfito Armando Murta, tanto a nível pessoal como académico. A gestão de resíduos foi uma temática relevante ao longo do meu percurso na Faculdade e concluir o mestrado com esta tese constitui um desafio de elevado interesse académico. A contribuição deste projeto de investigação para o aperfeiçoamento do sistema Valorfito é motivo de grande orgulho e satisfação pessoal. O sistema Valorfito tem um papel fundamental na recolha e eliminação dos resíduos de embalagens primárias de produtos fitofarmacêuticos, contribuindo para o cumprimento das metas europeias, no âmbito da reciclagem de resíduos de embalagens. A Sigeru está de parabéns pela introdução de boas práticas agrícolas, bem como pela realização de iniciativas, tais como a Bolsa Valorfito Armando Murta, que incentivam a investigação e o desenvolvimento de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e inovadoras».

Manuel Eduardo Paiva dos Santos, Engenharia Agronómica, Instituto Superior de Agronomia



TEMA: "Análise custo-benefício da utilização de filmes biodegradáveis vs filmes de polietileno: uma aplicação concreta a uma cultura de ciclo curto". O trabalho pretende contribuir para a criação de uma ferramenta de análise dos prós e contras associados ao uso de filmes biodegradáveis vs filmes de polietileno e visa elaborar uma matriz de suporte à decisão do agricultor. Os materiais foram comparados na cultura do pimento para indústria, no âmbito do projecto Agrobiofilm.

«Saber que apesar das circunstâncias actuais no nosso país e no mundo, existem iniciativas como esta que premeiam e incentivam os jovens no sentido de dar um maior e melhor contributo na construção de um mundo mais sustentável é, antes de mais, um sinal de esperança. Um sistema como o Valorfito, que permite a adequada gestão de embalagens e resíduos provenientes da agricultura, reveste-se de especial importância, não só pelo serviço directo que presta, mas também pela sua contribuição na promoção de práticas mais sustentáveis. Ser um dos seleccionados para receber a Bolsa Valorfito Armando Murta, constitui um grande orgulho para mim e uma enorme motivação nesta fase da minha formação académica».

ENTREVISTA

«QUEREMOS COOPERATIVAS DE MAIOR DIMENSÃO»

AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS ENFRENTAM UM DESAFIO DA COMPETITIVIDADE QUE SÓ PODE SER VENCIDO ATRAVÉS DE UM MODELO DE GESTÃO PROFISSIONAL E DA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE MAIOR DIMENSÃO. EM ENTREVISTA À VALORFITO@CTUAL, ALDINA FERNANDES, SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DA CONFAGRI- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL, DESTACA AINDA A NECESSIDADE DE PROMOVER O SECTOR COOPERATIVO JUNTO DA OPINIÃO PÚBLICA.» » **pág. 6**



ENTREVISTA (cont.)

«QUEREMOS COOPERATIVAS DE MAIOR DIMENSÃO»

>> continuação pág. 5

Quantas cooperativas agrícolas activas existem em Portugal?

Os números oficiais recentemente apurados, no âmbito da conta satélite para a Economia Social, indicam que existem cerca de 700 cooperativas agrícolas em Portugal, embora algumas possam não estar activas. A CONFAGRI representa cerca de 70% deste universo.

Qual o peso económico das cooperativas no sector agrícola em Portugal?

Segundo a mesma fonte, o volume de negócios estimado das cooperativas agrícolas ronda os 4.305 milhões de euros, geram 14.000 postos de trabalho e associam 410.000 cooperadores. As cooperativas agrícolas têm um peso importante ao nível das nossas principais produções: 45% no vinho, 62% no leite, 30% no azeite e 25% nas frutas. Realço ainda a ampla presença das cooperativas em todo o território nacional, a sua proximidade aos agricultores e os múltiplos serviços que lhes prestam, não só nas áreas da concentração, comercialização e transformação, mas também o apoio técnico e a formação profissional.

A CONFAGRI defende a revisão do enquadramento político-institucional do sector cooperativo português (Código Cooperativo, enquadramento fiscal, políticas de incentivos). De que modo esta revisão pode ajudar a dinamizar as cooperativas?

Portugal dispõe de um enquadramento legal bastante sólido para o sector cooperativo. O sector está consagrado na Constituição da República, dispõe de um Código Cooperativo e de legislação complementar para os diversos ramos cooperativos. Contudo, consideramos que são necessários ajustamentos que dêem ao sector uma maior capacidade competitiva e melhor resposta às necessidades actuais dos agricultores. Dos ajustamentos que propomos, destaca a flexibilização do modelo de gestão e a introdução de alterações que facilitem o acesso das cooperativas a financiamento externo. Em 2012, Ano Internacional das Cooperativas, a CONFAGRI realizou debates sobre este tema em todo o país com os dirigentes cooperativos. Neste momento, estamos num processo de diálogo com os representantes de outros sectores cooperativos para obter uma ampla plataforma de consenso, que dê origem a uma proposta de revisão do Código Cooperativo.



As cooperativas agrícolas geram 4.305 milhões de euros/ano

A CONFAGRI reclama mais isenções ou redução de impostos para as cooperativas agrícolas?

Face às evoluções em curso (reforma do IRC, etc) há ajustamentos necessários para que a discriminação positiva se mantenha no sector cooperativo, tal como está consagrado na Constituição e na Lei de Bases da Economia Social. Esta última legislação, aprovada no Parlamento em 2012, estabelece que as entidades da Economia Social beneficiam de enquadramento fiscal mais favorável. É neste âmbito que iremos discutir a revisão fiscal.

E no que respeita às políticas de incentivo, quais são as reivindicações da CONFAGRI?

Os incentivos que reclamamos, nomeadamente no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), visam prioritariamente a profissionalização da gestão e o redimensionamento do sector cooperativo. Queremos criar cooperativas de maior dimensão, que tenham uma intervenção mais eficaz nos mercados e maior poder negocial, isto pode ser conseguido através de acordos de intercooperação ou através da fusão de cooperativas da mesma região ou sector.

A nova Política Agrícola Comum (PAC) incentiva os agricultores a agruparem-se através de Organizações de Produtores. Em sua opinião, as cooperativas terão oportunidade de se reforçar com esta nova PAC?

As cooperativas são as entidades que melhor respondem aos requisitos exigidos para o reconhecimento das Organização de Produtores (OP). Os incentivos às OP poderão assim reforçar o sector cooperativo agrícola, desde que não se destinem apenas a novas unidades, mas incluam também as já existentes.

O que é essencial para revitalizar o tecido cooperativo agrícola em Portugal?

Importa promover um maior conhecimento da especificidade do sector cooperativo, dos seus princípios e valores junto dos decisores políticos, da administração pública e da opinião pública em geral, mostrando como o sector pode contribuir para um desenvolvimento sócio-económico mais sustentável. Importa que as políticas públicas atendam à natureza distintiva do sector, para que o mesmo não seja discriminado negativamente, como muitas vezes sucede. E, como atrás referi, há >> pág. 7

ENTREVISTA (cont.)

«QUEREMOS COOPERATIVAS DE MAIOR DIMENSÃO»

» **continuação pág. 6** que apostar fortemente na profissionalização e no redimensionamento do tecido cooperativo agrícola português.

A convergência interna é um novo desafio para Portugal na repartição dos fundos comunitários. Qual a visão da CONFAGRI sobre este tema?

Uma política de convergência justa e equitativa não significa um valor de apoios uniforme para todos os sistemas agrícolas. Há que ter muito cuidado quanto à forma e à velocidade como vai ser realizada a convergência interna, pois de outro modo os efeitos podem ser desastrosos para importantes sectores da nossa agricultura. No âmbito do acordo final da PAC foi dado espaço de manobra aos Estados-membros para acautelarem as situações mais críticas. Esperamos que ela seja plenamente aproveitada no nosso país.

Que estratégia deve Portugal seguir para se tornar mais competitivo a nível agrícola durante o próximo QCA?

Há que aproveitar e consolidar o modo positivo como a agricultura está a ser olhada pela sociedade portuguesa. É necessária uma política que permita dar sustentabilidade aos investimentos que estão a ser realizados, nomeadamente pelos jovens agricultores. Destaco quatro vectores essenciais para melhorar a nossa competitividade: maior organização da produção; regulação das relações do sector produtivo com a grande distribuição; apoio técnico aos agricultores, prestado de forma continuada e estável através das organizações agrícolas que lhes são próximas, e aposta numa inovação e investigação, que se traduzam em benefício directo para o agricultor e para as empresas agro-alimentares nacionais.

Há nova legislação em vigor sobre uso sustentável de pesticidas e um Plano de Acção a cumprir. Qual a sua opinião sobre este novo enquadramento e qual deve ser o papel das cooperativas?

Este enquadramento legal vem regular e



dar maior transparência à venda, distribuição e aplicação dos produtos fitofarmacêuticos. No entanto, temos sérias reservas quanto à exequibilidade de algumas metas temporais definidas, nomeadamente, quanto à formação profissional, inspecção dos equipamentos e à aplicação dos princípios de Protecção Integrada. Ainda assim, a CONFAGRI dará o seu melhor para ajudar a implementar a nova legislação, nomeadamente ao nível da informação, do aconselhamento técnico e da formação profissional, área em que temos apostado fortemente (entre 2010 e 2013, a CONFAGRI promoveu mais de 500 acções de formação para aplicadores). Preocupa-nos também o hiato de financiamento que poderá ocorrer entre o QCA que agora termina e o próximo QCA, o que irá dificultar a realização das acções de formação que o novo enquadramento legal obriga. Criticamos ainda algumas exigências que consideramos desproporcionadas, nomeadamente para os pequenos agricultores. Constatamos também algumas interpretações díspares da nova legislação por parte dos diversos organismos oficiais envolvidos na sua implementação, o que exige urgente clarificação.

A CONFAGRI associou-se aos Prémios Valorfito 2013, através do Prémio Cooperativa. Que importância tem esta iniciativa?

Saudamos e aplaudimos o Prémio Cooperativa criado pelo Valorfito, que tem o mérito de contribuir para a maior sensibilização das cooperativas agrícolas quanto ao seu importante papel na informação e apoio aos agricultores, e enquanto interventoras directas no circuito de venda dos produtos fitofarmacêuticos. Este prémio contribuirá de certo para uma participação ainda mais activa e significativa do sector cooperativo no sistema Valorfito.





SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE EMBALAGENS E RESÍDUOS EM AGRICULTURA, LDA.
 Rua General Ferreira Martins, nº 10 • 6º A • 1495-137 Algés
 Tel: 214 107 209
 e-mail: contacto.valorfito@sigeru.pt • web: www.valorfito.com